

O projeto chinês para o clima: reflexos mundiais para o futuro

Maria Luiza da Silva Laranjeiras

Nas últimas décadas, é inegável a atenção demandada aos tópicos de clima, procurando inspirar maior cuidado das nações pelo globo. Nesse assunto, a República Popular da China vem tomando relevância em seus planos para a sustentabilidade, iniciados em peso desde o 11º Plano Quinquenal, lançado pelo país em 2006, e que ganhou força desde o início do 18º Comitê Central do Politburo, com a posse de Xi Jinping. Em suas últimas duas sessões, no início de março de 2021, o país reforçou seus planos de desenvolvimento sustentável e neutralidade de carbono (CHINA..., 2021).

A relevância dessas políticas para o resto do mundo vai além de exibir uma propensa liderança chinesa em busca de tecnologia sustentável, mas também indica uma possibilidade concreta de mudança em políticas de um dos maiores emissores de carbono (MCGRATH, 2021) e que por muito tempo tratou de temas ambientais veladamente em uma política de não decisões. Além disso, representa uma frente distinta de relevantes países ocidentais que vêm ignorando ações de real impacto e mantendo políticas nem remotamente suficientes para preservar o crescimento em vista dos limites planetários.

Ademais, essa inação de países desenvolvidos em estabelecer metas relevantes de sustentabilidade pode representar um espaço para novos investimentos em tecnologia pelos países em desenvolvimento, algo que o crescente número de projetos internacionais chineses passa a indicar. A fundamentalidade da participação ativa chinesa nesses países está também na relutância das nações em desenvolvimento de abrir mão do estabelecimento industrial aos velhos moldes, baseada na exploração de seus recursos naturais não renováveis (DOWNIE; WILLIANS, 2018).

De todo modo, o lançamento de uma série de metas ambiciosas para a redução do consumo de energias molda uma quantidade de movimentações no país. Seu 14º Plano Quinquenal, aprovado este ano, estabeleceu propostas concretas ao demonstrar o objetivo de cortar a intensidade de consumo energético em 13,5% e de carbono em 18%, contudo, condutas mais tangíveis sobre o uso de carvão ficaram fora

do plano (CHINA..., 2021). Além disso, o plano contém um planejamento ecológico elaborado pelo Ministério de Ecologia e Meio Ambiente, focado em uma estratégia energética segura e sustentável. Já em outro compromisso, em longo prazo, pretende atingir o pico de emissões de carbono em meados de 2025 até 2030, e, de maneira estável, reduzi-las à neutralidade até 2060, além do apontado comprometimento nacional com o Acordo de Paris.

Assim, em primeiro momento, podem ser apontadas duas grandes ações em movimento no país, a diversificação da matriz energética e investimento em tecnologia sustentável. A primeira consiste em um conjunto de ações que vão desde a construção de hidrelétricas ao constante crescimento no uso de energia eólica e solar. Os esforços do país na área o transformaram no maior fabricante e utilizador de painéis solares do mundo (IRENA, 2019), em um essencial fabricante de instrumentos para usinas eólicas e recentemente, em 2018, o país foi responsável por mais de um quarto da energia eólica produzida no mundo (CHINA POWER TEAM, 2015-2021).

Consoante a essas movimentações, o governo central também adotou uma política de incentivos fiscais. A redução de taxas e impostos a empresas locais e internacionais que possuam projetos para o clima e desenvolvimento sustentável tem tornado o país um território atrativo para o crescimento do mercado de energia sustentável (TRIVIUM, 2021). Ademais, o país está desenvolvendo um projeto de transição para energias limpas, com a intenção de atingir as metas estabelecidas pelos seus planos a curto, médio e longo prazo.

Fora de suas fronteiras, a China tem desenvolvido obras estruturais em territórios parceiros. Em geral, os investimentos chineses têm se dado em peso no âmbito energético de geração e transmissão (SILVEIRA, 2018), com o financiamento e construção de plantas de energias alternativas, como a eólica e solar, e redes de distribuição. Esses investimentos, como os inseridos na iniciativa Belt and Road, também passam pelo escrutínio de órgãos relacionados ao desenvolvimento sustentável, regidos pelo programa de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas (THE BELT, [2019?]). Esse modelo de investimentos em energia renovável e o estabelecimento de parcerias na região da Ásia central, América Latina e África

auxilia na reflexão sobre os diferentes papéis adotados pelo Sul e Norte global no combate às mudanças climáticas, uma vez que, impossibilitados de replicar os modelos de desenvolvimento adotados pelo Norte em décadas passadas, os países do Sul procuram meios de planejamento alternativos.

Outro aspecto relevante da política climática chinesa surge em torno das tensões entre o país e os EUA que, sob a mudança de governo, parecem cautelosos, mas interessados em reduzir as disputas e caminhar para uma cooperação, mesmo diante de um cenário incerto. Assim, a escolha do enviado especial para o clima, John Kerry, nos Estados Unidos, foi recebida por uma escolha equivalente pelo Presidente Xi, com o antigo chefe da proteção ambiental chinesa, o político Xie Zhenhua. Exercendo seus papéis de diálogo e colaboração, os enviados apresentam tentativas de realizar impactos necessários nas negociações para a mitigação das alterações climáticas (NORTHROP; BINDER, 2021). Essa situação entre os dois países se aprofunda à medida que a administração Biden tenta recuperar seu papel de destaque perdido nas negociações e investimentos do clima, resultado da saída do país do Acordo de Paris em 2017. O fato é que ambos os países tratam do clima e desenvolvimento sustentável como seus instrumentos de política de governança e, nesse contexto difuso, tanto cooperação quanto competição dos maiores emissores de CO₂ podem trazer benefícios em geral para a preservação do clima (ZHANG et al., 2017).

De maneira geral, o projeto chinês tem suscitado opiniões divergentes na comunidade científica e política internacional e, ainda que seja analisado com ceticismo, é fato que ações estão se concretizando. Seus investimentos no plano de energia superaram US\$150 bilhões por todo o mundo, entre os anos de 2014 e 2019 (GUIDE, [2019?]). As ações administradas pelo governo têm sido observadas com tons otimistas por especialistas na China, que notam o histórico de superação das metas formuladas (LIU; LIU; YOU, 2021), e entendem que a continuidade delas possibilitará um alcance das metas. Portanto, é estimado que a China esteja estabelecendo importantes bases a fim de se tornar o maior exportador de tecnologias alternativas ao uso de combustíveis fósseis.

Ainda assim, há um longo caminho a percorrer pelos esforços do clima na

nação que, em 2020, atingiu a 33ª posição no índice do Climate Change Performance Index (CCPI, 2021), organização que analisa as políticas climáticas, as emissões de gases de efeito estufa e a matriz energética renovável de 58 nações. No contexto atual, um dos maiores empecilhos enfrentados pelo país é a redução do uso de carvão como principal fonte energética, visto que a China consome mais da metade de todo o carvão produzido no mundo (LIU; LIU; YOU, 2021). Dessa forma, a dificuldade para a transição e redução da mineração de carvão consiste majoritariamente nos desafios de reduzir um esforço lucrativo, uma vez que a construção e manutenção de usinas geram milhares de empregos pelo país.

De qualquer maneira, o projeto ambiental chinês figura promissor frente a uma preocupação que já molda as políticas públicas atuais e irá, absolutamente, participar cada vez mais de discussões estruturais nas relações internacionais por todo o planeta. As metas estabelecidas, se atingidas, resultarão em enormes impactos no clima e, sobretudo na economia mundial, poderão significar promessas reais e possíveis em meio a uma sociedade majoritariamente capitalista. Além do mais, o auxílio prestado a diversos países em desenvolvimento acaba por demonstrar uma das poucas saídas que estas nações, em grande parte as mais afetadas pelas mudanças climáticas, possuem para acompanhar o ritmo constante de crescimento tecnológico sustentável dos países que já ultrapassaram suas etapas de crescimento tradicional. Os objetivos chineses em si representam o reconhecimento da existência de uma comunidade de destino compartilhado e da necessidade de sua preservação.

A responsabilidade chinesa, por fim, recai sobre a concretização de uma política de grande impacto em um cenário em que, mesmo sob a existência de quase consenso sobre as mudanças climáticas, pouco ou nada se faz para deter seus avanços. Nesse sentido, a sua relevância não está somente nessa aparente tomada, frente ao tópico, pelo governo chinês, mas também na divergência com governos que buscam cada vez mais um olhar retrógrado para questões do clima. Estes que se recusam a olhar seriamente para um futuro de energias limpas, boas estruturas e preservação ambiental, e tendem a considerar como seu ápice a manutenção de uma sociedade agroexportadora ou industrial, baseada em combustíveis fósseis e com desenvolvimento tradicional como prioridade em detrimento da preservação.

Referências

- CHINA POWER TEAM. **How Is China's Energy Footprint Changing?**, 15 fev. 2016 – atualizado em 30 jan. 2021. Disponível em: <https://chinapower.csis.org/energy-footprint/>. Acesso em: 10 abr. 2021.
- CHINA to cut energy intensity, but no consumption cap in new 5-year plan. **Reuters**, 05 mar. 2021. Disponível em: <https://news.trust.org/item/20210305034527-qnpf5>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- CLIMATE Change Performance Index, CCPI, 2021. Disponível em: <https://ccpi.org/>. Acesso em: 07 abr. 2021.
- DOWNIE, C.; WILLIAMS, M. After the Paris Agreement: What Role for the BRICS in Global Climate Governance? **Global Policy**, v 9, n. 3, 2018.
- GUIDE to Chinese Climate Policy: Energy Sector Projects. **Columbia University**, 2019. Disponível em: <https://chineseclimatepolicy.energypolicy.columbia.edu/en/energy-sector-projects>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- IRENA. Renewable Capacity Statistics 2019, 2019. **International Renewable Energy Agency**. Disponível em: <https://www.irena.org/publications/2019/Mar/Renewable-Capacity-Statistics-2019>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- LIU, H.; LIU, J.; YOU, X. Q&A: What does China's 14th 'five year plan' mean for climate change? **Carbon Brief**, 12 mar. 2021. Disponível em: <https://www.carbonbrief.org/qa-what-does-chinas-14th-five-year-plan-mean-for-climate-change>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- MCGRATH, M. Climate change: Will China take a 'great leap' to a greener economy? **BBC News**, 04 mar. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/science-environment-56271465>. Acesso em: 08 abr. 2021.
- NORTHROP, K.; BINDER, E. The Climate Crusaders. **The Wire China**, 04 abr. 2021. Disponível em: <https://www.thewirechina.com/2021/04/04/the-climate-crusaders/>. Acesso em: 09 abr. 2021.
- SILVEIRA, L. C. F. U. **Laços e traçados da China no Brasil: implantação de infraestrutura energética e a componente socioambiental**. 2018. 243 f., il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)—Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- THE BELT and Road Initiative International Green Development Coalition (BRIGC), **UN Environment Programme**, 2019. Disponível em: <https://www>.

unep.org/regions/asia-and-pacific/regional-initiatives/belt-and-road-initiative-international-green. Acesso em: 09 abr. 2021

TRIVIUM Daily Newsletter, **Trivium China**, 04 mar. 2021. Disponível em: <https://trivium.china.com/trivium-daily-newsletter/>. Acesso em: 10 abr. 2021.

ZHANG, Y.; CHAO, Q.; ZHENG, Q.; HUANG, L. The withdrawal of the U.S. from the Paris Agreement and its impact on global climate change governance, **Advances in Climate Change Research**, v. 8, n. 4 p. 213-219, 2017.